

EDITAL DE CANDIDATURA, CP RPPS CGINV I, II e III

A APIMEC BRASIL apresenta através desse Edital, as condições para inscrição e renovação da **Certificação Profissional dos Gestores de Recursos e Membros do Comitê de Investimento (CP RPPS CGINV I, II e III)**.

A importância da certificação decorre do papel dos gestores nos processos decisórios dos Institutos de Previdência de Estados e Municípios, tornando-se necessária a certificação de sua capacidade técnica e a segurança de que estão submetidos à observância do marco regulatório aplicável à certificação que ofereça salvaguardas aos participantes de que suas decisões estão sendo adotadas de maneira competente.

1 – MODALIDADES DE CERTIFICAÇÃO

- Exame por Provas
- Exame por Provas e Títulos

2 – VALORES

| | Exame por provas | Exame por provas e títulos |
|---------------------|------------------|----------------------------|
| Nível Básico | R\$ 420,00 | R\$ 420,00 |
| Nível Intermediário | R\$ 440,00 | R\$ 440,00 |
| Nível Avançado | R\$ 480,00 | R\$ 480,00 |

3 – EXAMES POR PROVAS

O exame por prova específica contempla conteúdo programático e número de questões distintos, conforme os 3 (três) níveis de certificação:

- Nível Básico – 60 questões;
- Nível Intermediário – 70 questões;
- Nível Avançado – 80 questões.

3.1 - Critério de aprovação

- Para aprovação no exame o profissional deverá alcançar aproveitamento mínimo de 50%, 70% e 70% das questões do exame por prova para os níveis Básico, Intermediário e Avançado, respectivamente:

| Responsável pela gestão dos recursos e membros do Comitê de Investimentos | Nº Questões | Aproveitamento Mínimo | Equivalência (nº de questões) |
|---|-------------|-----------------------|-------------------------------|
| Nível Básico | 60 | 50% | 30 |
| Nível Intermediário | 70 | 70% | 49 |
| Nível Avançado | 80 | 70% | 56 |

3.2 – Sobre o exame

- Todas as questões da prova compreenderão integralmente o conteúdo programático, conforme distribuição do número de quesitos por cada grande tema;
- Os exames são compostos por questões de múltipla escolha com 4 (quatro) alternativas de resposta, sendo apenas 1 (uma) correta;
- Todas as questões têm o mesmo valor unitário de pontuação;
- O tempo de aplicação dos exames é distribuído da seguinte forma:

| | |
|----------------------------|----------|
| Nível Básico | 02h30 |
| Nível Intermediário | 03 horas |
| Nível Avançado | 03h30 |

- Os candidatos que concluírem o exame poderão se retirar da sala de aplicação antes do término do tempo regulamentar;
- O programa de certificação é organizado e fiscalizado pela APIMEC BRASIL, sendo o exame aplicado através da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

4 – EXAME POR PROVAS E TÍTULOS

Nessa modalidade a pontuação do “Exame por Provas e Títulos” deverá ser somada à nota do “Exame por Provas” para a obtenção da nota final.

Para efeito do somatório da pontuação do “Exame por Provas e Títulos”, o profissional poderá ter um desempenho no exame por “Exame por Provas” abaixo do aproveitamento mínimo para aprovação, observados os limites abaixo, conforme cargo ou função:

| Formação Acadêmica | | | |
|---------------------------------|---|------------------|-------------------------|
| Item | Discriminação | Pontuação | Pontuação Máxima |
| 1 | Curso de Doutorado | 5 | 10 |
| 2 | Curso de Mestrado | 4 | 8 |
| 3 | Curso de Especialização ou MBA | 3 | 6 |
| 4 | Curso de Graduação | 2 | 4 |
| 5 | Curso de extensão universitária presencial ou EAD | 0,5 | 2 |
| Atividades Profissionais | | | |
| Item | Discriminação | Pontuação | Pontuação Máxima |
| 1 | Atividade de dirigentes ou conselheiros do RPPS (por ano) | 0,5 | 5 |
| 2 | Demais atividades nas áreas de atuação do RPPS (por ano) | 0,25 | 2,5 |

- a) a pontuação do “Exame por Provas e Títulos” deverá ser somada à nota do “Exame por Provas”, para a obtenção da nota final;
- b) para efeito do somatório da pontuação do “Exame por Provas e Títulos”, o profissional poderá ter um desempenho no “Exame por Provas” abaixo do aproveitamento mínimo para aprovação, observados os limites abaixo, conforme cargo ou função:

| Responsável pela gestão dos recursos e membros do Comitê de Investimentos | Nº Questões | Aproveitamento Mínimo | Equivalente (nº de questões) | Limite Mínimo de Acertos | Nota Mínima da Prova de Títulos | Nota Final |
|---|-------------|-----------------------|------------------------------|--------------------------|---------------------------------|------------|
| Nível Básico | 60 | 50% | 30 | 25 | 5 | 30 |
| Nível Intermediário | 70 | 70% | 49 | 41 | 8 | 49 |
| Nível Avançado | 80 | 70% | 56 | 47 | 9 | 56 |

A nota máxima do “Exame por Provas e Títulos”, resultado do somatório das pontuações da formação acadêmica e atividades profissionais fica limitada a 10 (dez) pontos.

5 – INSCRIÇÕES

A inscrição deverá ser feita pelo site <https://certpessoas.fgv.br/apimec>.

Cada inscrição feita pelo candidato implicará no pagamento da respectiva taxa de inscrição vigente.

A taxa de inscrição não será devolvida em hipótese alguma.

Não será aceito pedido de isenção de pagamento da taxa da inscrição, seja qual for o motivo alegado.

O candidato deverá efetuar o pagamento da respectiva taxa de inscrição em qualquer agência bancária, por meio de boleto bancário, impresso de acordo com as instruções do site. Não será aceito depósito em conta corrente. O candidato terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da inscrição, para emitir o boleto. Caso o boleto não seja emitido, a inscrição será cancelada.

O prazo de vencimento do boleto é de 15 (quinze) dias da data da emissão. Caso o candidato não pague o boleto no vencimento, somente poderá emitir um novo boleto 05 (cinco) dias após a data do vencimento do boleto anterior. Se o novo boleto não for pago no vencimento a inscrição será cancelada.

Uma vez efetuado o pagamento da taxa de inscrição e confirmada a compensação (primeiro dia útil seguinte à data do pagamento), o candidato terá o prazo de 30 (trinta) dias para agendar a data do exame. Caso o agendamento não seja feito no prazo estipulado, o valor pago não será ressarcido e o candidato deverá realizar nova inscrição.

Ao solicitar um agendamento cuja data do exame esteja a 7 (sete) dias além da data de solicitação, o seu agendamento encontra-se com status "Agendamento Solicitado". Nesta

situação você poderá cancelar o "Agendamento Solicitado" até 2 (duas) vezes. Quando faltar apenas 7 (sete) dias para a realização do exame, você receberá um e-mail informando que seu agendamento entrou no status "Agendamento Confirmado" e, a partir daí, não será mais possível realizar o cancelamento.

Exemplo: Se no dia 01/10/2022 você solicitar um agendamento para o dia 20/10/2022, este agendamento estará com status "Agendamento Solicitado" até o dia 12/10/2022 (7 dias corridos que antecedem a data agendada) e você poderá cancelar até essa data sem necessidade de justificativa.

A partir do dia 13/10/2022 este agendamento estará com status "Agendamento Confirmado", não sendo mais possível realizar o cancelamento.

O candidato que cancelar um "Agendamento Solicitado" deverá realizar novo agendamento no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do cancelamento. Caso o novo agendamento não seja feito no prazo estipulado, a inscrição será cancelada.

Os agendamentos com status "Solicitado" ou "Confirmado" poderão ser cancelados a qualquer tempo pela FGV caso ocorra qualquer imprevisto que impossibilite a aplicação do exame no Centro de Teste escolhido. A FGV, através do Sistema de Certificação APIMEC /FGV, enviará uma notificação eletrônica informando ao candidato o cancelamento do agendamento.

O candidato estará apto a realizar novo agendamento, lembrando que o cancelamento realizado pela FGV não afeta o limite de 2 (dois) cancelamentos permitidos ao candidato.

Obs: O prazo mínimo de antecedência para agendamento é de 7 (sete) dias, ou seja, se o candidato acessar o sistema no dia 01/10/2022, o primeiro dia disponível para agendamento do exame será 09/10/2022. O calendário mostrará 60 dias à frente a partir do dia 09/10/2022.

O candidato portador de necessidade especial especificará a necessidade no ato da inscrição.

6- RECOMENDAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO EXAME

Recomenda-se que o candidato, um dia antes da data do exame, faça o login no Sistema de Certificação APIMEC /FGV e confirme o local do exame através do menu "Agendamento".
Recomenda-se que o candidato se apresente no Centro de Teste escolhido com 30 (trinta) minutos de antecedência.

O candidato deverá levar documento oficial e original com foto e a senha utilizada para acessar o sistema de agendamento, ela será utilizada para abrir a prova juntamente com o número do CPF. O candidato que não souber a senha e não levar o documento requerido não poderá realizar a prova.

Não será permitido o acesso sem camisa ou trajando bermuda, short, saia curta ou chinelos.

Candidatos que possuem porte de arma devem comparecer desarmados no local da prova. O candidato que insistir em se apresentar armado terá a entrada impedida.

A exigência é feita com base na segurança e tranquilidade de todos os candidatos.

Será permitido o uso de calculadora não alfanumérica (HP12C por exemplo). Não é necessário levar caneta, lápis ou borracha. O candidato receberá folha de rascunho e lápis, caso seja necessário. Ao terminar o exame, as folhas de rascunho, utilizadas ou não, deverão ser devolvidas ao fiscal.

Durante a realização da prova não será permitida nenhuma espécie de consulta, empréstimo de material ou uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (agendas eletrônicas, relógios digitais, telefones celulares, receptor, gravador, laptop, tablets e outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares.

O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova sem autorização e acompanhamento do fiscal.

7 – RECURSO

Serão admitidos recursos contra a formulação das questões e de suas opções. Os recursos deverão ser interpostos no mesmo dia e local de aplicação da prova por meio da própria plataforma. O candidato terá o prazo de 10 minutos ao final da prova para o preenchimento do recurso. Durante a prova o candidato terá a opção de marcar a questão que deseja recorrer. Após o término da prova as questões marcadas serão exibidas pelo sistema a fim de facilitar o preenchimento do recurso pelo candidato. Antes do início da prova será disponibilizada uma folha de rascunho para que o candidato faça as anotações necessárias para o preenchimento do recurso. Na fase do recurso o candidato terá acesso à resposta assinalada durante a prova para a questão a qual está recorrendo. O gabarito da questão recursada não será fornecido no ato do recurso. A folha de rascunho deverá ser devolvida ao fiscal ao término da prova/recurso. A APIMEC BRASIL encaminhará o recurso ao responsável pela Comissão de Recurso, que dispõe de 30 (trinta) dias para reunir a Comissão e analisar a matéria.

Após o envio, o recurso não poderá ser alterado, nem poderão ser interpostos recursos adicionais.

Não será analisado o Recurso que não apresente justificativa, extemporâneo, que esteja em desacordo com as especificações contidas neste Edital, sem fundamentação e/ou inconsistente, incoerente ou que desrespeite a Banca Examinadora. Também não será aceito recurso interposto por outro meio que não seja o especificado neste Edital.

Em hipótese alguma será deferido o pedido de vista das provas, seja qual for o motivo alegado.

Caso o recurso apresentado pelo candidato não seja deferido pelo conteudista, uma réplica poderá ser feita caso discorde das alegações e fundamentos apresentados pelos conteudistas. O recurso não tem efeito suspensivo e não prejudicará a regular programação de outro exame.

ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS DO BRASIL

APIMEC BRASIL

Rua Líbero Badaró, 300 – 2º andar – São Paulo, SP – 01008-000

www.apimec.com.br

8 – VALIDADE

A Certificação Profissional dos Gestores de Recursos e Membros do Comitê de Investimento em todos os níveis (Básico, Intermediário e Avançado) tem como validade **4 anos** a serem contados a partir da data de solicitação do certificado.

9 – RENOVAÇÃO

Antes do vencimento da certificação o profissional certificado deverá realizar novo exame CP RPPS CGINV I, II e III utilizando os critérios de inscrição deste Edital ou o Programa de Qualificação Continuada.

10 – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO CONTINUADA

O profissional interessado em participar do programa de qualificação continuada deverá fazer sua adesão ao programa até 3 (três) meses antes do vencimento da validade de sua certificação.

10.1 – Valores

| | |
|---------------------|------------|
| Nível Básico | R\$ 315,00 |
| Nível Intermediário | R\$ 330,00 |
| Nível Avançado | R\$ 360,00 |

10.2 – Critérios

- Obtenção de pontuação mínima de 30 (trinta) créditos em cada ano, dos quais, no mínimo, 10 (dez) créditos anuais deverão ser obtidos em decorrência de participação em eventos presenciais, tais como:
 - Congressos
 - Seminários
 - Cursos,
 - Encontros,
 - Workshop,
 - Fóruns,
 - Palestras e visitas técnicas, relacionadas às grandes áreas de atuação do RPPS (administrativa, arrecadação, atendimento, atuarial, benefícios, compensação previdenciária, financeira, investimentos, jurídica e tecnologia da informação), além de sua compatibilidade com os conteúdos programáticos da respectiva certificação.
- Na hipótese de o profissional exceder a pontuação mínima de créditos durante o período de avaliação do programa de qualificação continuada ou a pontuação mínima de 30 (trinta) créditos anuais, a quantidade excedente não poderá ser transferida para exercício do período de avaliação do programa, bem como para o próximo período de renovação da certificação.

As atividades a serem comprovadas deverão ser realizadas no período seguinte à data

ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS DO BRASIL

APIMEC BRASIL

Rua Líbero Badaró, 300 – 2º andar – São Paulo, SP – 01008-000

www.apimec.com.br

da certificação do profissional, cuja validade do certificado apresentado não poderá ser superior a 4 (quatro) anos, observado o lapso temporal do programa de qualificação continuada de entidade certificadora;

- Deverão ser observadas a pontuação máxima por tipo de evento e a quantidade mínima de horas de duração dos eventos previstos neste Edital.

Não atendidos tais requisitos, a participação do programa de qualificação continuada acarretará a não renovação da certificação, devendo o profissional ser submetido e aprovado em novo “Exame por Provas” e “Exame por Provas e Títulos”.

A tabela abaixo demonstra a pontuação por eventos, o requisito mínimo de participação em horas e o crédito obtido por cada hora na respectiva atividade:

| Eventos | Quantidade Mínima de Horas | Crédito/Hora |
|---|----------------------------|----------------|
| Disciplinas de cursos de graduação e de pós-graduação. | 12h | 1 crédito/hora |
| Cursos de extensão universitária. | 8h | 1 crédito/hora |
| Visitas Técnicas e similares presenciais. | 8h | 1 crédito/hora |
| Congressos, Seminários e Equivalentes presenciais. | 8h | 1 crédito/hora |
| Cursos, Encontros, Workshops, Fóruns e Palestras presenciais. | 1h | 1 crédito/hora |

- Na hipótese de atuação do profissional certificado como palestrante nos eventos acima, o crédito obtido por cada hora na atividade será acrescido do percentual de 50% (cinquenta por cento).

A tabela seguinte evidencia a pontuação máxima anual decorrente da participação do profissional nos eventos de cursos de graduação e pós-graduação, cursos de extensão presenciais ou que utilizem metodologia de ensino à distância (EAD), produção autoral de livros, produção autoral de artigos e produção autoral diversa.

| Eventos | Pontuação Máxima Anual |
|---|------------------------|
| Disciplinas de cursos de graduação e pós-graduação. | 20 créditos |
| Cursos de extensão presenciais ou que utilizem metodologia de Ensino à distância (EAD). | 15 créditos |
| Produção autoral de livros. | 20 créditos |
| Produção autoral de artigos. | 10 créditos |
| Produção autoral diversa. | 5 créditos |

- O número de créditos de cursos de extensão presenciais ou que utilizem metodologia de Ensino à Distância (EAD), conforme o número de horas comprovadas no respectivo certificado, sendo 1 (um) crédito/hora.

11 – SOLICITAÇÃO DO CERTIFICADO

Através do Portal APIMEC (www.apimecnacional.com.br >> Solitações >> CP RPPS CGINV I, II e III Exame por Provas ou Exame por Provas e Títulos) o candidato aprovado deverá:

- Preencher o Formulário de Cadastro;
 - Imprimir e assinar o Formulário de Cadastro;
 - Em caso de **Exame por Provas e Títulos**, enviar as documentações comprobatórias para somatória da nota final.
 - Enviar os documentos para a APIMEC via e-mail: apimecbrasil@apimecbrasil.com.br
- Após a publicação na relação de profissionais do Portal APIMEC (www.apimec.com.br) o Certificado CP RPPS CGINV I, II e III estará à disposição para download em www.apimecnacional.com.br >> Profissional >> Download Certificado.

Atenção: após a aprovação nos exames os interessados têm o prazo de 06 (seis) meses para requerer o certificado CP RPPS CGINV I, II e III. A perda deste prazo implicará em nova inscrição e aprovação no exame.

12 – LEI 9.717/98

Caberá a União, por intermédio do Ministério do Trabalho e Previdência apurar, julgar e aplicar as penalidades das infrações ao ente federativo, nos casos de possíveis irregularidades as normas vigentes.

13 – CADPREV

A APIMEC BRASIL nomeia o profissional Fabricio Ambrosio (fabricio.ambrosio@apimec.com.br) como responsável pela troca de informações e cadastro dos certificados no CADPREV.

14 – DISPOSIÇÕES FINAIS

Após a conclusão do processo de certificação, os profissionais poderão acompanhar as informações da sua certificação no site www.apimec.com.br.

Os itens do EDITAL DE CANDIDATURA são sujeitos a alterações.

14 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

14.1 – NÍVEL BÁSICO

| PROGRAMA | QUESTÕES |
|---|----------|
| <p>1. REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS: Organização e Funcionamento dos RPPS. Normas Gerais. Lei nº 9.717/98. Portaria MPS nº 402/2008. Filiados Obrigatórios. Benefícios. Gestão do Regime Próprio. Utilização dos Recursos Previdenciários. Taxa de Administração. Responsabilidade do ente no caso de vinculação de servidores titulares de cargos efetivos ao RGPS.</p> | 4 |
| <p>2. GESTÃO ATUARIAL: Conceitos de atuária. Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial. Normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPS. Portaria 464/2018. Avaliação Atuarial Anual. Base Cadastral. Plano de Custeio Proposto na Avaliação Atuarial. Equacionamento do Déficit Atuarial. Aportes de Bens, Direitos e Demais Ativos. Informações Atuariais dos RPPS. Cap. IX ITEM 7.</p> | 4 |
| <p>3. RESPONSABILIDADE FISCAL E PREVIDENCIÁRIA: Artigo 8º e 8º-A da Lei 9.717/98. Órgãos de Fiscalização. Sujeito ativo, responsáveis. Forma de apuração. Responsabilidade Solidária e Subsidiária. Requisitos legais mínimos. Artigo 8º B da Lei 9.717/98.</p> | 2 |
| <p>4. CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - PRÓ-GESTÃO. Conceito. Aspectos gerais do Pró-Gestão RPPS. Objetivos. Dimensões. Níveis de aderência. Adesão ao Programa. Controles Internos. Governança Corporativa. Educação Previdenciária. Implementação do Pró-Gestão RPPS. Certificação. Atuação das entidades certificadoras. Passos para implementação. Monitoramento das ações do Pró-Gestão RPPS.</p> | 5 |
| <p>5. COMPLIANCE E ÉTICA: Risco de Imagem e Risco Legal. Segregação de Atividades na Gestão (Resolução Bacen nº 2.451/97) e gerenciamento de conflitos. Princípios Gerais de Ética aplicada para profissionais de gestão de investimentos.</p> | 2 |
| <p>6. NOÇÕES BÁSICAS DE ECONOMIA: Sistema Financeiro Nacional (SFN). Atribuições dos órgãos e agentes reguladores: Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instituições financeiras: Bancos Múltiplos, Bancos de Investimento, Distribuidoras e Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, de Câmbio e de Futuros. Objetivos do Banco Central. Ferramentas de política econômica. Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB). Câmaras de Compensação/Liquidação: Clearing B3 e SELIC.</p> | 5 |

| | |
|--|----|
| <p>Macroeconomia. Indicadores Econômicos. Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB). Inflação/deflação e o mercado financeiro. Indicadores de inflação: IGP (IGP-M, IGP-DI, IGP-9), INPC, IPCA. Nível de renda, nível de emprego, salários. Formação dos juros na economia. Taxas de juros e o mercado financeiro nacional: Taxa Selic, TLP, TBF, TR. A Taxa DI Over e o mercado interfinanceiro. <u>CAP. I E II.</u></p> | |
| <p>7. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS INVESTIMENTOS DO RPPS: Resolução 3.922/2010 e alterações introduzidas pela Resolução nº 4.604/2010 e Resolução nº 4.685/2018. Portaria MPS 519/2011. Da Alocação dos Recursos. Da Política de Investimentos. Segmento de Renda Fixa. Do Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados. Segmento de Investimentos no Exterior. Dos Limites Gerais. Da Gestão. Do Custodiante. Das Outras Contratações. Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários. Do Controle das Disponibilidades Financeiras. Dos Enquadramentos. Das Vedações. <u>CAP. VIII.</u></p> | 10 |
| <p>8. INSTRUMENTOS DE RENDA FIXA, RENDA VARIÁVEL E DERIVATIVOS: Instrumentos de Renda Fixa: Definição. Principais conceitos e características de instrumentos de Renda Fixa: Formas de remuneração – Prefixados e Pós-Fixado – principais Indexadores; Formas de amortização e pagamento de juros: Composição de cupom de taxa real e indexadores (IGP-M e Câmbio); Resgate antecipado, vencimento antecipado (quebra de <i>covenant</i>, ocorrência de <i>cross default</i>) e aquisição facultativa e opção de compra (opção <i>call</i>). Conceitos e diferenças. Impactos do ponto de vista do investidor. Principais instrumentos: Títulos públicos: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F. Características. Negociação de títulos públicos: Mercado Primário: leilões; Mercado Secundário: balcão. Tesouro Direto. Conceito e características operacionais. Custos para o investidor. Nomenclatura dos títulos negociados: Tesouro Selic, Tesouro Prefixado, Tesouro Prefixado com juros semestrais, Tesouro IPCA+ e Tesouro IPCA+ com juros semestrais. Adequação dos produtos em função do nível de conhecimento do investidor e objetivos. Títulos Privados Bancários: Certificado de Depósito Bancário – CDB e Letras Financeiras – LF: Características; Debêntures: Conceito e Características. Títulos do segmento Imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI, Letra de Crédito Imobiliário – LCI e Cédula de Crédito Imobiliário – CCI. Características. Operações Compromissadas. Conceito e características. Caderneta de Poupança: principais características, em termos de liquidez, rentabilidade, garantias e riscos. Tributação: IOF e Imposto de Renda sobre as aplicações financeiras de renda fixa para Pessoa Jurídica, exceto em Fundos de Investimento: fato gerador; alíquotas; prazos; base de cálculo e agente</p> | 8 |

| | |
|---|----|
| <p>responsável pelo recolhimento. FGC – Fundo Garantidor de Crédito: produtos e serviços que possuem garantia do FGC, limites de cobertura e operacionalização. Renda Variável: Definição. Ações Ordinárias, Preferenciais, Certificados ou Recibos de Depósito de Valores Mobiliários (ADRs – <i>American Depositary Receipts</i> e BDRs – <i>Brazilian Depositary Receipts</i>) e Bônus de Subscrição. Conceitos. Derivativos: Conceitos Gerais. Formas de utilização dos Contratos Derivativos: Principais estratégias, os riscos e suas utilizações: Especulação, Arbitragem e <i>Hedge</i>. CAP. VI.</p> | |
| <p>9. FUNDOS DE INVESTIMENTOS: Aspectos Gerais. Conceito de condomínio. Constituição e registro na CVM. Fundo de Investimento. Fundo de Investimento em Cotas. Tipos de Fundos: abertos e fechados. Cota. Valor da cota e transferência de titularidade. Fatores que afetam o valor da cota. Composição da carteira e riscos inerentes. Taxas de administração e outras despesas. Direitos e obrigações dos condôminos. Administração. Vedações e obrigações do Administrador e do Gestor. Normas de Conduta. Objetivo do fundo e política de investimento. Definição e finalidade. Diferenciais do Produto para o Investidor. Acessibilidade ao mercado financeiro. Diversificação. Riscos dos ativos individuais versus riscos da carteira. Liquidez. Divulgação de informações para venda e distribuição. Instrumentos de divulgação das políticas de investimento e rentabilidade. Regulamento, lâmina de informações essenciais, demonstração de desempenho, termo de adesão e ciência de risco. Taxas, Tipos e Formas de Cobrança. Taxa de Administração; Taxa de Performance; Taxa de Ingresso e Taxa de Saída. Regras de alteração. Encargos dos Fundo. Principais estratégias de gestão: Fundos de Investimento com Gestão Passiva. Definições. Renda Fixa. Conceito e finalidade dos Benchmarks e Índices de Referência: Taxa DI, Taxa Selic, Índices de Preços (IGP-M e IPCA), Índices de Mercado ANBIMA (IMA Geral, IMA-B e IRF-M). Renda Variável: Conceito e finalidade dos Benchmarks e Índices de Referência: Índice Bovespa (IBOVESPA), Índice Brasil (IBrX), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Estratégias para manter aderência aos índices de referência e as respectivas limitações. Fundos de Investimento com Gestão Ativa. Definições. Renda Fixa, Renda Variável. Estratégias de gestão: posicionamento, hedge e alavancagem. Principais Modalidades de Fundos de Investimento. Classificação CVM: Fundo de Renda Fixa, Fundo de Ações. Fundo de ações versus clube de investimento: vantagens e desvantagens. Fundo Cambial. Fundo Multimercado. Características das subclassificações: Curto Prazo, Referenciado, Simples, Dívida Externa, Crédito Privado, Ações – Mercado de Acesso e Investimento no Exterior. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC. Fundo de Investimento em Cota de FIDC - FIC-FIDC. Cota Sênior e Cota Subordinada. Características e riscos para o investidor. Fundos de Investimento Imobiliário – FII. Conceitos e forma</p> | 20 |

| | |
|--|--------------------|
| <p>de negociação. Tributação: Imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos de capital para Pessoas Jurídicas: características do fundo; fato gerador; alíquotas; base de cálculo e agente responsável pelo recolhimento. Fundo de Investimento em Índice de Mercado (Fundos de Índice) com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, também conhecido como ETF - <i>Exchange Traded Funds</i>. Fundos de Investimento em Participações – FIP. Fundos Restritos: Fundos para Investidores Qualificados e Fundos para Investidores Profissionais. Tributação sobre Aplicações Financeiras em Fundos de Investimento, exceto Fundos Imobiliários: IOF e Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas: fato gerador, alíquotas (conforme tipo de fundo – curto prazo, longo prazo e ações, segundo classificação da Secretaria da Receita Federal e tempo de permanência da aplicação), bases de cálculo e responsabilidade de recolhimento. Imposto de Renda (IR) – “come-cotas”: fato gerador, alíquotas (conforme tipo de fundo - curto prazo e longo prazo - e classificação da Secretaria da Receita Federal), datas de incidência e responsabilidade de recolhimento. Impacto para o investidor. Compensação de perdas no pagamento do IR.</p> | |
| TOTAL | 60 questões |

14.2 - NÍVEL INTERMEDIÁRIO

| PROGRAMA | QUESTÕES |
|--|----------|
| 1. REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS: Organização e Funcionamento dos RPPS. Normas Gerais. Lei nº 9.717/98. Portaria MPS nº 402/2008. Filiados Obrigatórios. Benefícios. Gestão do Regime Próprio. Utilização dos Recursos Previdenciários. Taxa de Administração. Responsabilidade do ente no caso de vinculação de servidores titulares de cargos efetivos ao RGPS. | 4 |
| 2. GESTÃO ATUARIAL: Conceitos de atuária. Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial. Normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPS. Portaria 464/2018. Avaliação Atuarial Anual. Base Cadastral. Plano de Custeio Proposto na Avaliação Atuarial. Equacionamento do Déficit Atuarial. Aportes de Bens, Direitos e Demais Ativos. Informações Atuariais dos RPPS. | 4 |
| 3. RESPONSABILIDADE FISCAL E PREVIDENCIÁRIA: Artigo 8º e 8º-A da Lei 9.717/98. Órgãos de Fiscalização. Sujeito ativo, responsáveis. Forma de apuração. Responsabilidade Solidária e Subsidiária. Requisitos legais mínimos. Artigo 8º B da Lei 9.717/98. Requisitos legais mínimos. Artigo 8º B da Lei 9.717/98. | 2 |
| 4. CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - PRÓ-GESTÃO: Conceito. Aspectos gerais do Pró-Gestão RPPS. Objetivos. Dimensões. Níveis de aderência. Adesão ao Programa. Controles Internos. Governança Corporativa. Educação Previdenciária. Implementação do Pró-Gestão RPPS. Certificação. Atuação das entidades certificadoras. Passos para implementação. Monitoramento das ações do Pró-Gestão RPPS. | 5 |
| 5. COMPLIANCE E ÉTICA: Risco de Imagem e Risco Legal. Segregação de Atividades na Gestão (Resolução Bacen nº 2.451/97) e gerenciamento de conflitos. Princípios Gerais de Ética aplicada para profissionais de gestão de investimentos. Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (PLDFT); Lei 9.613/98 e alterações posteriores: Dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores (Capítulo I); Das pessoas sujeitas ao mecanismo de controle (Capítulo V); Da identificação de clientes e manutenção de registros (Capítulo VI); Da Comunicação de Operações Financeiras (Capítulo VII); Da responsabilidade administrativa (Capítulo VIII). | 2 |
| 6. NOÇÕES BÁSICAS DE ECONOMIA: Sistema Financeiro Nacional (SFN). Atribuições dos órgãos e agentes reguladores: Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instituições financeiras: Bancos Múltiplos, Bancos de Investimento, Distribuidoras e Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, de Câmbio e de Futuros. Objetivos do Banco Central. Ferramentas de política econômica. Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB). Câmaras de Compensação/Liquidação: Clearing B3 e SELIC. Macroeconomia. Indicadores Econômicos. Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB). Inflação/deflação e o mercado financeiro. Indicadores de | 5 |

| | |
|---|---|
| <p>inflação: IGP (IGP-M, IGP-DI, IGP-9), INPC, IPCA. Nível de renda, nível de emprego, salários. Formação dos juros na economia. Taxas de juros e o mercado financeiro nacional: Taxa Selic, TLP, TBF, TR. A Taxa DI Over e o mercado interfinanceiro.</p> | |
| <p>7. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS INVESTIMENTOS DO RPPS: Resolução 3.922/2010 e alterações introduzidas pela Resolução nº 4.604/2010 e Resolução nº 4.685/2018. Portaria MPS 519/2011. Da Alocação dos Recursos. Da Política de Investimentos. Segmento de Renda Fixa. Do Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados. Segmento de Investimentos no Exterior. Dos Limites Gerais. Da Gestão. Do Custodiante. Das Outras Contratações. Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários. Do Controle das Disponibilidades Financeiras. Dos Enquadramentos. Das Vedações.</p> | 5 |
| <p>8. INSTRUMENTOS DE RENDA FIXA, RENDA VARIÁVEL E DERIVATIVOS: Renda Fixa: Caderneta de Poupança: principais características em termos de liquidez, rentabilidade, garantias, riscos e tributação; Principais características de Títulos Públicos e Privados; Precificação de Títulos Públicos e Privados; Preço de Mercado: Ágio e Deságio; Retorno do investimento; Indicadores de Renda Fixa; Índice de Mercado ANBIMA – (IMA-B, IRF-M e IMA-S); IDkA - Índice de Duração Constante ANBIMA (segmento Prefixado e segmento IPCA); Estrutura Temporal das Taxas de Juros; Projeção da curva de Juros Prefixada; Projeção da curva de Cupom Cambial (dólar/euro); Projeção da curva de Cupom de IGP-M e IPCA; Estrutura de Negociação do Mercado de Títulos Públicos e Privados; Leilões e Mercado de Balcão; Negociação no Mercado Primário e Secundário; Tesouro Direto: Títulos Negociados, Estrutura, Forma de Negociação e Custos para o investidor. Nomenclatura dos títulos negociados e adequação dos produtos em função do nível de conhecimento do investidor e seus objetivos; Principais Títulos Públicos negociados no Mercado Interno: Letras do Tesouro Nacional (LTN); Letras Financeiras do Tesouro (LFT); Notas do Tesouro Nacional (NTN-B; NTN-B Principal e NTN-F); Principais Títulos Privados negociados no Sistema Financeiro Nacional: Certificado de Depósito Bancário (CDB); Recibo de Depósito Bancário (RDB); Debêntures e Debêntures Incentivadas (Lei nº 12.431/2011); Títulos do Segmento Imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI); Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Cédula de Crédito Imobiliário (CCI); Operações Compromissadas: Lastros; Riscos para o investidor em relação aos demais títulos de emissão de instituições financeiras; Os Riscos em aplicações de Renda Fixa: Risco de Crédito; Definição de solvência e inadimplência; Mensuração do risco de crédito; <i>Spread</i> de crédito e probabilidade de inadimplência (Impactos sobre a formação de preços); Capacidade de pagamento (alavancagem, endividamento, estrutura de capital, geração de caixa); <i>Ratings</i> e sua influência sobre preços dos ativos; Risco Operacional; Risco de Mercado; Risco de Liquidez; Risco País; Risco Cambial; Análise de Títulos de Renda Fixa; <i>Yield to Maturity</i>, <i>Current Yield</i> e <i>Coupon Rate</i>; Relação entre prazos dos títulos, taxas de juros, risco de crédito e formação de preços; <i>Duration</i> de Macaulay e <i>Duration</i> Modificada; FGC – Fundo Garantidor de Crédito: produtos e serviços que possuem garantia do</p> | 8 |

| | |
|--|----|
| <p>FGC, limites de cobertura e operacionalização. Renda Variável: Ações: Tipos, Classes e Espécies; BDRs – Brazilian Depositary Receipts; Patrocinados e não patrocinados; Riscos no Mercado Acionário: Risco de Mercado (volatilidade); Risco de Liquidez. Derivativos: Conceitos Gerais; Espécies de Mercado: Termo, Opções, Futuro e Swaps; Formas de utilização dos Contratos Derivativos: Principais estratégias, riscos e suas utilizações; Especulação; Arbitragem e Hedge. Negociação, Liquidação e Custódia: Sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC: conceito, funções, benefícios para o investidor e principais títulos custodiados no Selic: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F. 3.6.2 Câmara de liquidação, compensação e custódia da B3 S/A (Clearing B3): Conceito, funções, principais títulos e operações custodiadas, garantias e benefícios para o investidor. 3.6.3 Sistema de Pagamento Brasileiro – SPB. Conceito e finalidade.</p> | |
| <p>9. FUNDOS DE INVESTIMENTOS: Definições e Aspectos Gerais; Fundos de Investimento e Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento; Tipos de Fundos: Abertos e Fechados; Fundos Exclusivos e Restritos; Gestão discricionária e não discricionária; Marcação a mercado; Direitos e Obrigações dos Cotistas; Administração; Disposições Gerais; Vedações e obrigações do Administrador e do Gestor; Normas de Conduta; Substituição do Administrador e do Gestor; Objetivo do Fundo e Política de Investimento; Divulgação de informações para venda e distribuição: Instrumentos de divulgação das políticas de investimento e rentabilidade: regulamento, lâmina de informações essenciais, demonstração de desempenho e termo de adesão; Divulgação de Informações e Resultados; Divulgação de cota e rentabilidade; Balancetes e demonstrações contábeis; Assembleias Gerais: competência, convocação e deliberações; Composição e diversificação de carteira; Informações periódicas e comunicação com os cotistas; Informações eventuais; Atos ou Fatos relevantes; Diversificação da Carteira do Fundo e seus Riscos inerentes; Limites por Emissor e por Modalidade de Ativo Financeiro; Fatores que afetam o valor da cota; Composição da Carteira; Marcação a Mercado; Taxas de Administração, Taxas de Performance e outras despesas que constituem encargos dos Fundos; Influência da Alavancagem nos Fundos. Riscos para os Investidores; Dinâmica de aplicação e resgate; Aplicação de recursos e compra de ativos por parte dos gestores; Cota do dia (D+0) e cota do dia seguinte ao da data de aplicação (D+1); Resgate de Cotas: Pagamento; Prazos; Carência; Prazo de cotização: conceito (prazo de conversão de cotas na aplicação e no resgate); Taxa de ingresso e Taxa de saída; Fechamento dos Fundos para Resgates e Aplicações; Classificação dos Fundos quanto à Estratégia de Gestão; Fundos Ativos; Fundos Passivos; Classificação CVM; Fundo de Renda Fixa; Fundo de Ações; Fundo Cambial; Fundo Multimercado; Característica das subclassificações: Curto Prazo, Referenciado, Simples, Dívida Externa, Crédito Privado, Ações – Mercado de Acesso e Investimento no Exterior; Fundos de Curto Prazo e Longo Prazo segundo regulamentação da Receita; Limites por emissor; Limites por modalidade de ativo financeiro; Outros tipos de Fundos (regidos por regulamentação própria); Fundo de Investimento Imobiliário (FII); Fundo de Investimento em Participações (FIP); 3 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC); Fundo de Investimento em Índice de Mercado (Fundos de</p> | 16 |

| | |
|--|---|
| <p>Índice) com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ETFs - <i>Exchange Traded Funds</i>; Carteira Administrada; Conceitos Gerais; Gestão Discricionária e não Discricionária; Custódia; Principais Características e comparação com Fundos de Investimento e Fundos Exclusivos; Tributação em Fundos de Investimento e Carteira Administrada: Aspectos Gerais; Fato Gerador; Base de Cálculo e Alíquotas; Agentes Responsáveis pelos Recolhimentos; Imposto de Renda nos Fundos de Renda Fixa de Curto Prazo e de Longo Prazo; Fundos de Renda Variável; Composição das carteiras segundo regras da Receita Federal; “Come Cotas” – Alíquotas e Características; IOF nos Fundos de Renda Fixa; IOF nos Fundos com Data de Aniversário (fundos com carência); Compensação de Perdas; Imposto de Renda nas Carteiras Administradas; Fundos de Investimento Imobiliário; Objetivo e Abrangência; Prospecto do FII; Fundos de Investimento em Índice de Mercado; Carteira Administrada; Objetivo e Abrangência; Contrato de Carteira Administrada.</p> | |
| <p>10. CONHECIMENTO BÁSICOS DE FINANÇAS. Valor Presente, Valor Futuro, Taxa de Desconto e Diagrama de Fluxo de Caixa. Regime de Capitalização Simples. Proporcionalidade de Taxas. Regime de Capitalização Composto. Equivalência de Taxas. Regime de Capitalização Contínuo. Desconto Bancário ou “por fora”. Taxa de Juros Nominal e Taxa de Juros Real: Indexador e Fórmula de Fisher. Séries Uniformes de Pagamentos. Séries Uniformes Antecipadas. Séries Uniformes Postecipadas. Perpetuidade. Valor Futuro de uma Série Uniforme de Pagamentos. Sistemas de amortização: SAC (Sistema de Amortização Constante), Tabela <i>Price</i> e SAA (Sistema de Amortização Americano). Métodos de Análise de Investimentos. Taxa Mínima de Atratividade. Custo de Oportunidade. Taxa Interna de Retorno (TIR) e Taxa Interna de Retorno Modificada. Risco de Reinvestimento. Valor Presente Líquido (VPL).</p> | 5 |
| <p>11. TEORIA MODERNA DAS CARTEIRAS. Teoria da utilidade esperada. Definição de risco e retorno. Dominância estocástica. Formato das curvas de utilidade esperada. Saciabilidade. Aversão ao risco. Neutralidade ao risco. Propensão ao risco. Fronteira eficiente. Diversificação, risco e retorno. Risco e retorno de uma carteira com dois ou três ativos. A curva envoltória. Carteira de variância mínima. Construção da fronteira eficiente. Escolha da carteira ótima. A introdução de um ativo sem risco. O Teorema da Separação. A Linha de Mercado de Capitais (<i>Capital Market Line</i>). Efeito da alavancagem. Relaxamento das hipóteses. Ausência de custos de transação e impostos. Vendas a descoberto. Financiamento à taxa sem risco. Homogeneidade das expectativas. Riscosistemático e não-sistemático. Efeito da diversificação. Beta e a reta característica. Beta e risco sistemático. Reta característica de um ativo.</p> | 7 |
| <p>12. ALOCAÇÃO DE ATIVOS. Estratégias básicas de alocação de ativos. Ativa, passiva e semiativa, Estratégica e tática, Dinâmica e estática. Métodos de alocação. Média-variância (fronteira eficiente), <i>Black-Litterman</i>, Simulação Monte Carlo, <i>Asset-Liability Management</i> (ALM). Rebalanceamento de carteiras. Alterações nas circunstâncias do investidor, Desvios da alocação estratégica, Rebalanceamento</p> | 7 |

| | |
|--|--------------------|
| regular vs. rebalanceamento percentual da carteira, Estratégias de rebalanceamento dinâmicas, <i>Buy and hold</i> , <i>Constant Mix</i> , <i>Constant Proportion Portfolio Insurance</i> (CPPI). | |
| TOTAL | 70 questões |

14.3 - NÍVEL AVANÇADO

| PROGRAMA | QUESTÕES |
|---|----------|
| 1. REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS: Organização e Funcionamento dos RPPS. Normas Gerais. Lei nº 9.717/98. Portaria MPS nº 402/2008. Filiados Obrigatórios. Benefícios. Gestão do Regime Próprio. Utilização dos Recursos Previdenciários. Taxa de Administração. Responsabilidade do ente no caso de vinculação de servidores titulares de cargos efetivos ao RGPS. | 4 |
| 2. GESTÃO ATUARIAL: Conceitos de atuária. Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial. Normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPS. Portaria 464/2018. Avaliação Atuarial Anual. Base Cadastral. Plano de Custeio Proposto na Avaliação Atuarial. Equacionamento do Déficit Atuarial. Aportes de Bens, Direitos e Demais Ativos. Informações Atuariais dos RPPS. | 4 |
| 3. RESPONSABILIDADE FISCAL E PREVIDENCIÁRIA: Artigo 8º e 8º-A da Lei 9.717/98. Órgãos de Fiscalização. Sujeito ativo, responsáveis. Forma de apuração. Responsabilidade Solidária e Subsidiária. Requisitos legais mínimos. Artigo 8º B da Lei 9.717/98. | 2 |
| 4. CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - PRÓ-GESTÃO: Conceito. Aspectos gerais do Pró-Gestão RPPS. Objetivos. Dimensões. Níveis de aderência. Adesão ao Programa. Controles Internos. Governança Corporativa. Educação Previdenciária. Implementação do Pró-Gestão RPPS. Certificação. Atuação das entidades certificadoras. Passos para implementação. Monitoramento das ações do Pró-Gestão RPPS. | 5 |
| 5. COMPLIANCE E ÉTICA: Risco de Imagem e Risco Legal. Segregação de Atividades na Gestão (Resolução Bacen nº 2.451/97) e gerenciamento de conflitos. Princípios Gerais de Ética aplicada para profissionais de gestão de investimentos. Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (PLDFT); Lei 9.613/98 e alterações posteriores: Dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores (Capítulo I); Das pessoas sujeitas ao mecanismo de controle (Capítulo V); Da identificação de clientes e manutenção de registros (Capítulo VI); Da Comunicação de Operações Financeiras (Capítulo VII); Da responsabilidade administrativa (Capítulo VIII). | 2 |
| 6. NOÇÕES BÁSICAS DE ECONOMIA: Sistema Financeiro Nacional (SFN). Atribuições dos órgãos e agentes reguladores: Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instituições financeiras: Bancos Múltiplos, Bancos de Investimento, Distribuidoras e Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, de Câmbio e de Futuros. Objetivos do Banco Central. Ferramentas de política econômica. Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB). Câmaras de Compensação/Liquidação: Clearing B3 e SELIC. Macroeconomia. Indicadores Econômicos. Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB). Inflação/deflação e o mercado financeiro. | 5 |

| | |
|--|---|
| <p>Indicadores de inflação: IGP (IGP-M, IGP-DI, IGP-9), INPC, IPCA. Nível de renda, nível de emprego, salários. Formação dos juros na economia. Taxas de juros e o mercado financeiro nacional: Taxa Selic, TLP, TBF, TR. A Taxa DI Over e o mercado interfinanceiro.</p> | |
| <p>7. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS INVESTIMENTOS DO RPPS: Resolução 3.922/2010 e alterações introduzidas pela Resolução nº 4.604/2010 e Resolução nº 4.685/2018. Portaria MPS 519/2011. Da Alocação dos Recursos. Da Política de Investimentos. Segmento de Renda Fixa. Do Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados. Segmento de Investimentos no Exterior. Dos Limites Gerais. Da Gestão. Do Custodiante. Das Outras Contratações. Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários. Do Controle das Disponibilidades Financeiras. Dos Enquadramentos. Das Vedações.</p> | 5 |
| <p>8. INSTRUMENTOS DE RENDA FIXA, RENDA VARIÁVEL E DERIVATIVOS: Renda Fixa: Caderneta de Poupança: principais características em termos de liquidez, rentabilidade, garantias, riscos e tributação; Principais características de Títulos Públicos e Privados; Precificação de Títulos Públicos e Privados; Preço de Mercado: Ágio e Deságio; Retorno do investimento; Indicadores de Renda Fixa; Índice de Mercado ANBIMA – (IMA-B, IRF-M e IMA-S); IDkA - Índice de Duração Constante ANBIMA (segmento Prefixado e segmento IPCA); Estrutura Temporal das Taxas de Juros; Projeção da curva de Juros Prefixada; Projeção da curva de Cupom Cambial (dólar/euro); Projeção da curva de Cupom de IGP-M e IPCA; Estrutura de Negociação do Mercado de Títulos Públicos e Privados; Leilões e Mercado de Balcão; Negociação no Mercado Primário e Secundário; Tesouro Direto: Títulos Negociados, Estrutura, Forma de Negociação e Custos para o investidor. Nomenclatura dos títulos negociados e adequação dos produtos em função do nível de conhecimento do investidor e seus objetivos; Principais Títulos Públicos negociados no Mercado Interno: Letras do Tesouro Nacional (LTN); Letras Financeiras do Tesouro (LFT); Notas do Tesouro Nacional (NTN-B; NTN-B Principal e NTN-F); Principais Títulos Privados negociados no Sistema Financeiro Nacional: Certificado de Depósito Bancário (CDB); Recibo de Depósito Bancário (RDB); Debêntures e Debêntures Incentivadas (Lei nº 12.431/2011); Títulos do Segmento Imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI); Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Cédula de Crédito Imobiliário (CCI); Operações Compromissadas: Lastros; Riscos para o investidor em relação aos demais títulos de emissão de instituições financeiras; Os Riscos em aplicações de Renda Fixa: Risco de Crédito; Definição de solvência e inadimplência; Mensuração do risco de crédito; <i>Spread</i> de crédito e probabilidade de inadimplência (Impactos sobre a formação de preços); Capacidade de pagamento (alavancagem, endividamento, estrutura de capital, geração de caixa); <i>Ratings</i> e sua influência sobre preços dos ativos; Risco Operacional; Risco de Mercado; Risco de Liquidez; Risco País; Risco Cambial; Análise de Títulos de Renda Fixa; <i>Yield to Maturity</i>, <i>Current Yield</i> e <i>Coupon Rate</i>; Relação entre prazos dos títulos, taxas de juros, risco de crédito e formação de preços; <i>Duration</i> de</p> | 8 |

| | |
|---|----|
| <p>Macaulay e <i>Duration</i> Modificada; FGC – Fundo Garantidor de Crédito: produtos e serviços que possuem garantia do FGC, limites de cobertura e operacionalização. Renda Variável: Ações: Tipos, Classes e Espécies; <i>BDRs – Brazilian Depositary Receipts</i>; Patrocinados e não patrocinados; Riscos no Mercado Acionário: Risco de Mercado (volatilidade); Risco de Liquidez. Derivativos: Conceitos Gerais; Espécies de Mercado: Termo, Opções, Futuro e Swaps; Formas de utilização dos Contratos Derivativos: Principais estratégias, riscos e suas utilizações; Especulação; Arbitragem e Hedge. Negociação, Liquidação e Custódia: Sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC: conceito, funções, benefícios para o investidor e principais títulos custodiados no Selic: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F. 3.6.2 Câmara de liquidação, compensação e custódia da B3 S/A (<i>Clearing B3</i>): Conceito, funções, principais títulos e operações custodiadas, garantias e benefícios para o investidor. 3.6.3 Sistema de Pagamento Brasileiro – SPB. Conceito e finalidade.</p> | |
| <p>9. FUNDOS DE INVESTIMENTOS: Definições e Aspectos Gerais; Fundos de Investimento e Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento; Tipos de Fundos: Abertos e Fechados; Fundos Exclusivos e Restritos; Gestão discricionária e não discricionária; Marcação a mercado; Direitos e Obrigações dos Cotistas; Administração; Disposições Gerais; Vedações e obrigações do Administrador e do Gestor; Normas de Conduta; Substituição do Administrador e do Gestor; Objetivo do Fundo e Política de Investimento; Divulgação de informações para venda e distribuição: Instrumentos de divulgação das políticas de investimento e rentabilidade: regulamento, lâmina de informações essenciais, demonstração de desempenho e termo de adesão; Divulgação de Informações e Resultados; Divulgação de cota e rentabilidade; Balancetes e demonstrações contábeis; Assembleias Gerais: competência, convocação e deliberações; Composição e diversificação de carteira; Informações periódicas e comunicação com os cotistas; Informações eventuais; Atos ou Fatos relevantes; Diversificação da Carteira do Fundo e seus Riscos inerentes; Limites por Emissor e por Modalidade de Ativo Financeiro; Fatores que afetam o valor da cota; Composição da Carteira; Marcação a Mercado; Taxas de Administração, Taxas de Performance e outras despesas que constituem encargos dos Fundos; Influência da Alavancagem nos Fundos. Riscos para os Investidores; Dinâmica de aplicação e resgate; Aplicação de recursos e compra de ativos por parte dos gestores; Cota do dia (D+0) e cota do dia seguinte ao da data de aplicação (D+1); Resgate de Cotas: Pagamento; Prazos; Carência; Prazo de cotização: conceito (prazo de conversão de cotas na aplicação e no resgate); Taxa de ingresso e Taxa de saída; Fechamento dos Fundos para Resgates e Aplicações; Classificação dos Fundos quanto à Estratégia de Gestão; Fundos Ativos; Fundos Passivos; Classificação CVM; Fundo de Renda Fixa; Fundo de Ações; Fundo Cambial; Fundo Multimercado; Característica das subclassificações: Curto Prazo, Referenciado, Simples, Dívida Externa, Crédito Privado, Ações – Mercado de Acesso e Investimento no Exterior; Fundos de Curto Prazo e Longo Prazo segundo regulamentação da Receita; Limites por emissor; Limites por modalidade de ativo financeiro; Outros tipos de Fundos (regidos por regulamentação própria); Fundo de Investimento Imobiliário (FII); Fundo de</p> | 14 |

| | |
|---|---|
| <p>Investimento em Participações (FIP); 3 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC); Fundo de Investimento em Índice de Mercado (Fundos de Índice) com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ETFs - <i>Exchange Traded Funds</i>; Carteira Administrada; Conceitos Gerais; Gestão Discricionária e não Discricionária; Custódia; Principais Características e comparação com Fundos de Investimento e Fundos Exclusivos; Tributação em Fundos de Investimento e Carteira Administrada: Aspectos Gerais; Fato Gerador; Base de Cálculo e Alíquotas; Agentes Responsáveis pelos Recolhimentos; Imposto de Renda nos Fundos de Renda Fixa de Curto Prazo e de Longo Prazo; Fundos de Renda Variável; Composição das carteiras segundo regras da Receita Federal; “Come Cotas” – Alíquotas e Características; IOF nos Fundos de Renda Fixa; IOF nos Fundos com Data de Aniversário (fundos com carência); Compensação de Perdas; Imposto de Renda nas Carteiras Administradas; Fundos de Investimento Imobiliário; Objetivo e Abrangência; Prospecto do FII; Fundos de Investimento em Índice de Mercado; Carteira Administrada; Objetivo e Abrangência; Contrato de Carteira Administrada.</p> | |
| <p>10. NOÇÕES BÁSICAS DE FINANÇAS: Valor Presente, Valor Futuro, Taxa de Desconto e Diagrama de Fluxo de Caixa. Regime de Capitalização Simples. Proporcionalidade de Taxas. Regime de Capitalização Composto. Equivalência de Taxas. Regime de Capitalização Contínuo. Desconto Bancário ou “por fora”. Taxa de Juros Nominal e Taxa de Juros Real: Indexador e Fórmula de Fisher. Séries Uniformes de Pagamentos. Séries Uniformes Antecipadas. Séries Uniformes Postecipadas. Perpetuidade. Valor Futuro de uma Série Uniforme de Pagamentos. Sistemas de amortização: SAC (Sistema de Amortização Constante), Tabela <i>Price</i> e SAA (Sistema de Amortização Americano). Métodos de Análise de Investimentos. Taxa Mínima de Atratividade. Custo de Oportunidade. Taxa Interna de Retorno (TIR) e Taxa Interna de Retorno Modificada. Risco de Reinvestimento. Valor Presente Líquido (VPL).</p> | 5 |
| <p>11. TEORIA MODERNA DAS CARTEIRAS: Teoria da utilidade esperada. Definição de risco e retorno. Dominância estocástica. Formato das curvas de utilidade esperada. Saciabilidade. Aversão ao risco. Neutralidade ao risco. Propensão ao risco. Fronteira eficiente. Diversificação, risco e retorno. Risco e retorno de uma carteira com dois ou três ativos. A curva envoltória. Carteira de variância mínima. Construção da fronteira eficiente. Escolha da carteira ótima. A introdução de um ativo sem risco. O Teorema da Separação. A Linha de Mercado de Capitais (<i>Capital Market Line</i>). Efeito da alavancagem. Relaxamento das hipóteses. Ausência de custos de transação e impostos. Vendas a descoberto. Financiamento à taxa sem risco. Homogeneidade das expectativas. Risco sistemático e não-sistemático. Efeito da diversificação. Beta e a reta característica. Beta e risco sistemático. Reta característica de um ativo.</p> | 7 |
| <p>12. ALOCAÇÃO DE ATIVOS: Estratégias básicas de alocação de ativos. Ativa, passiva e semiativa, Estratégica e tática, Dinâmica e estática. Métodos de alocação. Média-variância (fronteira eficiente), <i>Black-Litterman</i>, Simulação Monte Carlo,</p> | |

| | |
|--|-------------|
| <p><i>Asset-Liability Management (ALM)</i>. Rebalanceamento de carteiras. Alterações nas circunstâncias do investidor, Desvios da alocação estratégica, Rebalanceamento regular vs. rebalanceamento percentual da carteira, Estratégias de rebalanceamento dinâmicas, <i>Buy and hold</i>, <i>Constant Mix</i>, <i>Constant Proportion Portfolio Insurance (CPPI)</i>.</p> | 7 |
| <p>13. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: Medição de Desempenho (<i>Performance Measurement</i>). Taxa de retorno ponderada pelo tempo (<i>time-weighted rate of return</i>). Taxa de retorno ponderada pelo dinheiro (<i>money-weighted rate of return</i>). Anualização de retornos Atribuição de Desempenho (<i>Performance Attribution</i>). Índices de referência (<i>benchmarks</i>). Conceito e propriedades de um índice de referência válido. Tipos de índices de referência. Atribuição Macro: visão geral, insumos e análise. Atribuição Micro: visão geral e modelo de fatores fundamentais. Atribuição de desempenho em renda fixa. Avaliação de Desempenho (<i>Performance Appraisal</i>). Medidas de avaliação de desempenho ajustadas ao risco. Conceitos. Medidas de Performance: conceito dos indicadores e suas limitações: Índice de Sharpe: original e modificado. Índice de Treynor. Índice M2.</p> | 6 |
| <p>14. GESTÃO DE RISCO: Gestão integrada de risco. Funcionamento de uma área de gestão de riscos: objetivos, controles e validação de modelos (<i>backtesting</i>). Medidas de Risco de Mercado. Volatilidade, Variância e desvio padrão. Beta. <i>Value-at-Risk (Var)</i>. Analítico ou paramétrico. Histórico. Monte Carlo. Vantagens e Limitações. <i>Benchmark Var</i>. Gestão de investimentos e gestão de risco. Construção de carteiras. Var da carteira e de seus componentes. Orçamento de risco. Monitoramento de risco e medição de desempenho. <i>Stress testing</i> e análise de cenários. Risco de liquidez.</p> | 6 |
| <p>TOTAL</p> | 80 questões |

ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS DO BRASIL – APIMEC BRASIL

Rua Líbero Badaró, 300, 2º andar
São Paulo, SP – 01008-000
Fones (11) 3107 1571

www.apimec.com.br